no mapa de pessoal deste Instituto — Serviços Centrais, aprovado nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, com efeitos a 25 de Janeiro de 2011.

31-01-2011. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos do Departamento de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

204325995

Aviso (extracto) n.º 4542/2011

Através do Aviso n.º 14300/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138 de 19 de Julho de 2010, e divulgado na Bolsa de Emprego Público com a referência OE201007/0482 foi aberto procedimento concursal com vista ao preenchimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Director do Núcleo de Prestações por Morte 1 da Unidade de Prestações por Morte, do Centro Nacional de Pensões.

Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos do n.º 6 do artigo 21.º da lei.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, renumerado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril foi, Anabela Silva Ferreira, nomeada para o referido cargo por Deliberação de 12 de Janeiro de 2011 do Conselho Directivo, por ter obtido a classificação final mais elevada, revelando, deste modo, ter o perfil adequado para o cargo e aptidão para o exercício das funções.

A presente nomeação, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, produz efeitos à data da deliberação.

31-01-2011. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos do Departamento de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

Nota curricular

Anabela da Silva Ferreira, licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo ISEG, é técnica superior do quadro de pessoal do ISS, IP — Centro Nacional de Pensões. Foi admitida na Função Pública em 1977.

Desde 1/2010 desempenha funções de assessoria à Direcção do CNP; de 2008 a 12/2009 — Directora Financeira da Caixa de Previdência do Ministério de Educação; de 2004 a 2007 Directora de Departamento da Área de Contribuintes do ISS, IP; de 2002 a 2004 Directora de Direcção de Contribuintes e Contribuições no IGFSS; de 2001 a 2002 — Directora de Direcção de Contribuintes Devedores, no IGFSS; de 1998 a 2001 exerceu as funções, em regime de substituição, de chefe de Divisão de Gestão de Cobranças do IGFSS; em 1993, enquanto técnica superior de turismo foi nomeada representante de Portugal na Organização Mundial de Turismo para acompanhamento das perspectivas dos mercados turísticos Europeus e a orientação das políticas de promoção. Possui o Curso de Alta Direcção para a Administração Pública.

204326756

Aviso (extracto) n.º 4543/2011

Através do Aviso n.º 13843/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133 de 12 de Julho de 2010, e divulgado na Bolsa de Emprego Público com a referência OE201007/0349 foi aberto procedimento concursal com vista ao preenchimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Director do Núcleo de Prestações de Invalidez e Velhice 3 da Unidade de Prestações de Invalidez e Velhice 1, do Centro Nacional de Pensões.

Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos do n.º 6 do artigo 21.º da lei.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, renumerado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril foi, Miguel Filipe Neves Sá, nomeado para o referido cargo por Deliberação de 12 de Janeiro de 2011 do Conselho Directivo, por ter obtido a classificação final mais elevada, revelando, deste modo, ter o perfil adequado para o cargo e aptidão para o exercício das funções.

A presente nomeação, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, produz efeitos à data da deliberação

31 de Janeiro de 2011. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos do Departamento de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

Nota curricular

Miguel Filipe Neves de Sá, nascido em 23 de Julho de 1973, licenciado em Economia pela FCEE-UCP, pós-graduado em Ciência Política

e Relações Internacionais pelo IEP-UCP; mestrando em Economia e Políticas Públicas no ISCTE-IUL.

Funcionário do quadro do ISS, I.P desde 2000, desempenhou funções técnicas na Direcção de Serviços de Gestão Financeira; de 2001 a 2005 no projecto SIF-SAP, como consultor interno; de 2006 a 2008, no apoio técnico do Departamento de Gestão Financeira; e desde 2009 no Departamento de Identificação, Qualificação e Contribuições dos Serviços Centrais.

204327006

Aviso (extracto) n.º 4544/2011

Através do Aviso n.º 13844/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133 de 12 de Julho de 2010, e divulgado na Bolsa de Emprego Público com a referência OE201007/0351 foi aberto procedimento concursal com vista ao preenchimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Director do Núcleo de Prestações de Invalidez e Velhice 4 da Unidade de Prestações de Invalidez e Velhice 2, do Centro Nacional de Pensões.

Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos do n.º 6 do artigo 21.º da lei.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, renumerado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril foi, Carla Joana Mendes Rainha, nomeada para o referido cargo por Deliberação de 12 de Janeiro de 2011 do Conselho Directivo, por ter obtido a classificação final mais elevada, de entre os restantes candidatos não nomeados em cargo do mesmo grau ou superior revelando, deste modo, ter o perfil adequado para o cargo e aptidão para o exercício das funções.

A presente nomeação, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, produz efeitos à data da deliberação.

31 de Janeiro de 2011. — A Directora da Unidade de Gestão Administrativa de Recursos Humanos do Departamento de Recursos Humanos, *Lurdes Lourenço*.

Nota curricular

Carla Joana Mendes Rainha, é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa — Ciências Jurídico-Políticas, com Pós Graduação em: Relações Internacionais — ISCSP-UTL; Direito Público — O Novo Contencioso Administrativo — Faculdade de Direito da UCP e Arrendamento Urbano — Faculdade de Direito de Lisboa. Exerceu Advocacia desde 1997 até Outubro de 2010, obteve formação profissional variada e, no âmbito da Segurança Social, no PROFISS (630h). Realizou estágio profissional no Departamento de Relações Internacionais da Segurança Social -Direcção de Serviços de Estudo e Negociação de Instrumentos e Relações Internacionais. Foi contratada como técnica superior pelo ISS-IP a cujo quadro pessoal pertence desde 2001. Neste exerceu funções de jurista na Unidade Jurídica do Centro Distrital de Lisboa, Núcleo de Consulta Jurídica e Contencioso, exercendo também o mandato judicial. Em Janeiro de 2008 transitou para o Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso dos Serviços Centrais do ISS- IP com funções de consulta jurídica e exercendo o mandato judicial. Exerceu funções na DGSS — Direcção de Serviços de Negociação e Coordenação da Aplicação de Instrumentos Internacionais de Outubro de 2010 a Janeiro de 2011. É formadora com CAP desde 1999, ministrou acções de formação na área da protecção jurídica e na área laboral.

204327452

Aviso (extracto) n.º 4545/2011

Através do Aviso n.º 13848/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133 de 12 de Julho de 2010, e divulgado na Bolsa de Emprego Público com a referência OE201007/0353 foi aberto procedimento concursal com vista ao preenchimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Director do Núcleo de Prestações de Invalidez e Velhice 6 da Unidade de Prestações de Invalidez e Velhice 2, do Centro Nacional de Pensões.

Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos do n.º 6 do artigo 21.º da lei.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, renumerado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril foi, Cristina Isabel Almeida Claro, nomeada para o referido cargo por Deliberação de 12 de Janeiro de 2011 do Conselho Directivo, por ter obtido a classificação final mais elevada, de entre os restantes candidatos não nomeados em cargo do mesmo grau ou superior revelando, deste modo, ter o perfil adequado para o cargo e aptidão para o exercício das funções.